

Fábio Zambitte Ibrahim

CURSO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

22ª EDIÇÃO, REVISTA E ATUALIZADA



Niterói, RJ
2016



© 2016, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

CONSELHO EDITORIAL

ANA PAULA CALDEIRA • BENJAMIN CESAR DE AZEVEDO COSTA
ED LUIZ FERRARI • EUGÊNIO ROSA DE ARAÚJO • FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM
FERNANDA PONTES PIMENTEL • IZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS
MARCELO LEONARDO TAVARES • RENATO MONTEIRO DE AQUINO
ROGÉRIO GRECO • WILLIAM DOUGLAS

Projeto Gráfico: Editora Impetus Ltda.

Editoração Eletrônica: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Capa: Claudio Duque

Revisão de Português: Carmem Becker

Impressão e encadernação: Edelbra Editora e Indústria Gráfica Ltda.

Il4d

Ibrahim, Fábio Zambitte
Curso de direito previdenciário / Fábio Zambitte Ibrahim. – 22. ed. – Rio
de Janeiro: Impetus, 2016.
980 p. ; 17x24cm.

ISBN: 978-85-7626-904-5

1. Previdência social – Legislação – Brasil.

CDD: 345.8102

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A **Editora Impetus** informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 – A Seguridade Social: Conceito, Origem e Histórico	1
1. A Origem da Proteção Social	1
2. Conceito de Seguridade Social	5
3. A Saúde.....	8
4. A Assistência Social.....	12
4.1. Benefício Assistencial.....	17
4.1.1. BPC para estrangeiros.....	23
4.2. Outras Ações	24
5. A Previdência Social	26
5.1. Natureza Jurídica e Principais Características	28
5.2. A Privatização da Previdência Social.....	29
5.3. Regimes Previdenciários	31
5.4. Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos.....	35
5.5. Sistema de Inclusão Previdenciária	37
5.6. Regimes de Financiamento e Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	39
5.7. Caráter Unitário ou Dúplice da Relação Jurídica Previdenciária?.....	43
6. Evolução Histórica.....	44
6.1. Reflexões da Análise Histórica – O Embate entre os Modelos Bismarckiano e Beveridgiano de Proteção Social.....	50
7. Evolução Histórica e Legislativa no Brasil	53
8. Organização e Princípios Constitucionais.....	61
9. A Seguridade Social como Direito Humano.....	77
Capítulo 2 – A Constituição e a Seguridade Social – Principais Dispositivos	83
1. Previsão Constitucional	83
2. O Financiamento da Seguridade Social.....	84
2.1. As Contribuições Sociais.....	85
2.1.1. Competência.....	85
2.1.2. Natureza jurídica.....	85
2.1.3. Previsão constitucional	87

2.2.	Criação de Novas Contribuições Sociais.....	108
2.3.	A Noventena das Contribuições Sociais	109
2.4.	O Pequeno Produtor Rural e o Pescador Artesanal.....	110
2.5.	Imunidade das Entidades Beneficentes de Assistência Social	111
2.6.	Alíquotas e Base de Cálculo Diferenciadas	112
2.7.	Remissão e Anistia de Contribuições Sociais.....	113
2.8.	Não Cumulatividade das Contribuições Sociais.....	114
2.9.	Substituição da Contribuição sobre a Folha de Pagamento pela COFINS.....	115
2.10.	Orçamento da Seguridade Social.....	116
2.11.	Contratação com o Poder Público.....	117
2.12.	Aumento e Criação de Benefícios Previdenciários	117
2.13.	Requisitos Diferenciados para a Aposentadoria	118
2.14.	A Garantia do Salário-Mínimo	119
2.15.	A Habitualidade dos Ganhos e Sua Repercussão no Benefício.....	120
2.16.	Destinação Exclusiva das Contribuições Previdenciárias	121
2.17.	Competência da Justiça do Trabalho Para Cobrança de Contribuições	123
2.18.	Contagem Recíproca e Averbação de Tempo de Contribuição	123
Capítulo 3 – Legislação Previdenciária		141
1.	Conceito	141
2.	Fontes do Direito Previdenciário	142
3.	Autonomia do Direito Previdenciário	143
4.	Aplicação das Normas Previdenciárias: Vigência, Hierarquia, Interpretação e Integração.....	146
Capítulo 4 – Regime Geral de Previdência Social.....		171
1.	Conceito	171
2.	Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	172
3.	Filiação e Inscrição.....	173
3.1.	Filiação	173
3.2.	Inscrição.....	175
4.	Segurados Obrigatórios.....	179
5.	Segurado Facultativo	210
6.	O Conceito Previdenciário de Empresa e Empregador Doméstico	213
6.1.	Empresa	213
6.1.1.	Matrícula da empresa.....	216
6.1.2.	A questão das cooperativas.....	218
6.2.	Empregador Doméstico	220

Capítulo 5 – Financiamento da Previdência Social.....	221
1. Introdução	221
2. Contribuição dos Segurados	222
3. Contribuição da Empresa.....	239
4. Evolução Legislativa sobre o Tema.....	240
5. A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Empregados e Avulsos.....	240
6. A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Contribuintes Individuais.....	242
6.1. A Questão da Contribuição da Empresa sobre a Remuneração de Trabalhadores sem Vínculo Empregatício	245
7. O Adicional das Instituições Financeiras.....	246
8. Desoneração da Folha de Pagamento.....	247
9. O Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT	252
9.1. Beneficiários do SAT	256
9.2. A Contribuição para o Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT e para o Custeio da Aposentadoria Especial	257
9.2.1. A parcela básica do SAT	257
9.2.2. O Fator Acidentário de Prevenção	263
10. Aspectos Controvertidos do Seguro de Acidentes do Trabalho e do Fator Acidentário de Prevenção	268
10.1. O adicional ao SAT	271
11. As Cooperativas de Trabalho e a Contribuição de 15% sobre o Valor Bruto da Nota Fiscal ou Fatura de Serviços.....	275
12. Parcelas Integrantes da Base de cálculo	277
13. Parcelas Excluídas da Base de cálculo	279
14. A Contribuição do Empregador Doméstico.....	280
15. Contribuições Substitutivas da Parte Patronal	281
15.1. Associações Desportivas que Mantêm Equipe de Futebol Profissional	282
15.2. Produtores Rurais.....	284
16. Outras Receitas da Seguridade Social	291
17. Destinação das Contribuições Sociais.....	292
18. Simples Nacional.....	293
19. Contribuições para Terceiros.....	298
 Capítulo 6 – Salário-de-Contribuição	 319
1. Conceito	319
2. Segurados Empregado e Avulso	321
3. Empregado Doméstico	322

4. Contribuinte Individual.....	323
4.1. O Salário-Base	324
4.2. A Regra de Transição.....	324
5. Segurado Facultativo	326
6. Limites do Salário-de-Contribuição	327
6.1. Limite Mínimo	327
6.2. Limite Máximo	328
7. Composição do Salário-de-Contribuição	328
7.1. Parcelas Integrantes do Salário-de-Contribuição	328
7.2. Parcelas Não Integrantes do Salário-de-Contribuição.....	332

Capítulo 7 – Arrecadação das Contribuições Destinadas à Seguridade Social e Recolhimento Fora do Prazo..... 349

1. Regras Principais	349
2. Recolhimento da Contribuição Relativa à Comercialização da Produção Rural	352
3. Recolhimento em Atraso – Juros e multa de mora	353
4. Cálculo de Contribuições em Atraso, Retroação da Data de Início de Contribuição e Indenização dos Contribuintes Individuais	356

Capítulo 8 – Obrigações Acessórias e Responsabilidade Solidária..... 369

1. Introdução	369
2. Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP	372
3. Sped Folha – <i>Esocial</i>	375
3.1. Empresa com pequena atividade comercial em via pública	376
4. Responsabilidade Solidária.....	376
5. A Retenção de 11% sobre o Valor Bruto da Fatura ou Nota Fiscal.....	377
6. Construção Civil.....	383
7. Grupo Econômico	384
8. Administradores Públicos.....	384
9. Empresário, Sócio de Sociedade Limitada, Acionistas Controladores, Administradores e Diretores de Sociedades Anônimas.....	386
10. Operador Portuário e Órgão Gestor de Mão de obra.....	388
11. Responsabilidade Solidária e Retenção de 11% Frente à Administração Pública	388

Capítulo 9 – Constituição do Crédito Previdenciário, Parcelamento do Débito e Execução Fiscal	391
1. Procedimento Fiscal	391
1.1. Início de Ação Fiscal e Intimação para Apresentação de Documentos.....	391
1.2. Aferição Indireta	392
1.3. Constituição do Crédito.....	394
2. Parcelamento de Contribuições e Demais Importâncias Devidas à Seguridade Social	396
3. Representação Fiscal para Fins Penais.....	399
4. Dívida Ativa	400
Capítulo 10 – Decadência e Prescrição.....	405
1. Introdução	405
2. Decadência e Prescrição no Benefício	406
2.1. A Previsão Legal do <i>Caput</i> do Art. 103 da Lei nº 8.213/91	406
2.2. A Previsão Legal do Parágrafo Único do Art. 103 da Lei nº 8.213/91	412
2.3. A Previsão Legal do Art. 104 da Lei nº 8.213/91	413
2.4. Retroação do prazo prescricional.....	413
3. Revisão do Benefício pela Própria Administração	416
4. Decadência e Prescrição no Custeio	418
4.1. Introdução.....	418
4.2. Consenso sobre o Tema.....	418
4.3. Decadência das Contribuições Previdenciárias.....	419
4.4. Prescrição das Contribuições Previdenciárias	420
4.5. A Questão dos Prazos Decadencial e Prescricional	422
4.6. O Art. 45-A da Lei nº 8.212/91 – A Possibilidade de Exigência de Recolhimento do Contribuinte Individual a Qualquer Tempo	423
Capítulo 11 – Restituição e Compensação de Contribuições.....	427
1. Introdução	427
2. Restrições.....	429
3. A Restituição	429
4. A Compensação.....	431
5. Reembolso de Pagamento	433
Capítulo 12 – Imunidade de Contribuições.....	435
1. Introdução	435
2. Requisitos de Certificação por Setor	437

2.1.	Saúde	437
2.2.	Educação.....	439
2.3.	Assistência Social	441
3.	Concessão e Cancelamento.....	441
4.	Recursos e Representação	442
5.	Requisitos da Imunidade.....	443
6.	Reconhecimento e Suspensão do Direito à Isenção.....	444
7.	O Conselho nacional de assistência social – CNAS.....	445
8.	O Debate Atual em Torno da Questão	447
9.	Direito Adquirido à Imunidade.....	448
Capítulo 13 – Prova de Inexistência de Débito – CND		451
1.	Introdução	451
2.	Situações Gerais de Necessidade do Documento.....	452
3.	Construção Civil.....	453
4.	Produtor Rural	454
5.	Contratações de Operação de Crédito Público.....	455
6.	Obtenção de Verbas dos Fundos de Participação	455
7.	Indicação de Finalidade	456
8.	Validade do Documento	457
9.	Dispensa da CND	457
10.	Situações Passíveis de Obtenção da CND.....	459
11.	Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa.....	460
12.	Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP	460
Capítulo 14 – Crimes Contra a Seguridade Social		465
1.	Introdução	465
2.	Apropriação Indébita Previdenciária.....	465
3.	Sonegação de contribuição previdenciária.....	471
4.	Falsificação de Documento Público	474
5.	Inserção de dados falsos em sistema de informações	475
6.	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	476
7.	Estelionato	477
8.	A Extinção da Punibilidade dos Crimes de Apropriação Indébita Previdenciária e Sonegação de Contribuição Previdenciária na Lei nº 11.941/2009.....	479
9.	Regras Gerais	480

Capítulo 15 – Infrações à Legislação Previdenciária	485
1. Introdução	485
2. Valores das Multas.....	485
3. Circunstâncias Agravantes.....	489
4. Gradação das Multas	489
Capítulo 16 – Recurso das Decisões Administrativas.....	491
1. Introdução – o Processo Administrativo	491
2. Princípios do Processo Administrativo	494
3. O Processo no Custeio.....	496
4. O Processo no Benefício.....	501
5. Conselho de Recursos do Seguro Social – CRSS.....	508
6. Justificação Administrativa.....	511
7. A prova no Processo Administrativo de Benefícios	513
7.1. Provas Admitidas no Processo	514
7.2. Prova Direta e Prova Indireta	515
7.3. Conceito de Início de Prova Material.....	517
Capítulo 17 – Plano de Benefícios da Previdência Social	521
1. Regimes Previdenciários	521
2. Beneficiários do RGPS.....	522
2.1. Filho Inválido ou com Deficiência Mental ou Intelectual ou Deficiência Grave.....	527
2.2. Menor sob Guarda	529
2.3. União Homoafetiva.....	530
2.4. União Estável com Segurado(a) já Casado(a)	531
2.5. Consequências na Separação ou Divórcio	534
3. Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado – Período de Graça	536
3.1. Prazos.....	538
3.2. Perda da Qualidade – Momento, Efeitos, Recuperação.....	542
4. Carência	545
5. Salário-de-Benefício	555
5.1. Fator Previdenciário.....	559
5.2. Disposições Gerais sobre o Salário-de-Benefício.....	564
6. Renda Mensal de Benefício.....	568
7. Reajustamento do Valor e Pagamento dos Benefícios	571
7.1. Correção do Benefício Previdenciário com Base na Súmula nº 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos	574

7.2.	Correção do Benefício Previdenciário pelo Número de Salários-Mínimos.....	576
7.3.	Correção do Benefício Previdenciário pela Lei nº 8.213/91	577
7.4.	Revisão do Benefício pelo Aumento do Teto pelas EC nºs 20/98 e 41/03.....	579
7.5.	Outras Questões Envolvendo a Correção do Benefício Previdenciário	580
7.6.	Regras Gerais de Pagamento do Benefício	582
8.	Descontos Legalmente Autorizados na Renda Mensal do Benefício	584

Capítulo 18 – Prestações Previdenciárias 589

1.	Aposentadoria por Invalidez	589
2.	Aposentadoria por Idade.....	596
2.1.	Aposentadoria por Idade Compulsória	599
2.2.	Aposentadoria por Idade do Trabalhador Rural	601
2.3.	Aposentadoria por Idade das Mulheres.....	606
3.	Aposentadoria por Tempo de Contribuição	607
3.1.	Aposentadoria dos Professores	610
3.2.	Tempo de Contribuição	612
3.3.	Regra 95/85	618
4.	Aposentadoria da Pessoa com Deficiência	621
5.	Aposentadoria Especial.....	623
5.1.	Os Benefícios em Condições Especiais	623
5.2.	Regras Gerais	624
5.3.	Efetiva Exposição a Agentes Nocivos.....	626
5.4.	Comprovação da exposição a agentes nocivos – LTCAT e PPP	628
5.5.	Beneficiários	631
5.6.	Data de Início, Renda Mensal e Cessação	632
5.7.	Periculosidade e Penosidade	633
5.8.	Variações Legislativas de Agentes Nocivos.....	634
5.9.	Conversão de Tempo de Trabalho	636
6.	Auxílio-doença	642
6.1.	Evento Determinante	642
6.2.	Provisoriedade.....	644
6.3.	Regras Gerais	645
6.4.	Segurado com mais de uma Atividade Remunerada	647
6.5.	Novo Benefício em 60 dias após a Alta.....	648
6.6.	Alta Programada.....	649
6.7.	Perícias em Parceria com o SUS.....	650
6.8.	Complementação do Valor do Auxílio-Doença pela Empresa.....	651
6.9.	Modalidades de Auxílio-Doença: Comum e Acidentário.....	651
6.10.	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP.....	652
7.	Salário-Família	656

8. Salário-Maternidade.....	659
8.1. Falecimento da segurada ou segurado	666
8.2. A Extensão da Licença-Maternidade das Empregadas pela Lei nº 11.770/08.....	667
9. Auxílio-Acidente	668
10. Pensão por Morte.....	674
11. Auxílio-Reclusão.....	683
12. Serviço Social.....	686
13. Habilitação e Reabilitação Profissional	687
14. Abono Anual.....	690

Capítulo 19 – Principais Regras de Transição 691

1. Introdução	691
2. Regras Transitórias Definidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98 ...	691
2.1. Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Integral (art. 9º, <i>caput</i> , EC nº 20/98)	692
2.2. Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Proporcional (art. 9º, § 1º da EC nº 20/98)	694
3. Regras Transitórias Definidas pela Lei Ordinária nº 9.876/99.....	696
4. Regras Transitórias da EC nº 41/2003	697
4.1. Regra Transitória 1 (art. 2º, EC nº 41/2003).....	698
4.2. Regra Transitória 2 (art. 6º, EC nº 41/2003).....	700
4.3. Regra Transitória 3 (art. 3º, EC nº 47/2003).....	701

Capítulo 20 – Assuntos Gerais de Benefícios..... 707

1. Acumulação de Benefícios	707
2. Segurado em Débito com a Previdência Social	709
3. Benefícios de Legislação Especial.....	710
3.1. Jornalista Profissional.....	711
3.2. Atleta Profissional de Futebol	711
3.3. Aeronauta	712
3.4. Anistiado Político	713
3.5. Ex-Combatente.....	716
3.6. Portadores da Síndrome da Talidomida.....	719
3.7. Seringueiro	720
3.8. Ferroviário	722
3.9. Hanseníase.....	723
4. Desaposentação e Despensão.....	724
5. Recadastramento de Benefícios	728
6. Pesquisa pelo INSS para Comprovação de Vínculo	729

7. CNIS para a Concessão de Benefícios.....	729
8. Pagamento Mediante Convênio	732

Capítulo 21 – Competência para Julgamento das Lides Previdenciárias..... 733

1. Introdução	733
2. Custeio	735
3. Benefícios Comuns.....	736
4. Benefícios Decorrentes de Acidente de Trabalho.....	738
5. Juizados Especiais Federais.....	739
6. Execução de Contribuições Decorrentes de Decisões da Justiça do Trabalho.....	741
6.1. Introdução.....	741
6.2. Procedimento Legal	742
6.3. Momento de Ocorrência do Fato Gerador e seus Efeitos.....	744
6.4. Discriminação das Parcelas Pagas	747
6.5. Cobrança nas Sentenças Homologatórias	750
6.6. Acordo após a Sentença	754

Capítulo 22 – A Previdência Social do Servidor Público..... 755

1. Regras Gerais	755
2. Benefícios Previdenciários do Servidor Previstos na Constituição	757
2.1. A PEC da Bengala	760
2.2. Nova Regra de Cálculo das Aposentadorias	761
2.3. Pensão por Morte.....	764
3. O Fim da Paridade e a Questão do Teto Remuneratório Equivalente ao RGPS	766
4. Atualização das Remunerações na Confecção da Média	768
5. Contribuição do Servidor Inativo e Pensionista.....	768
6. Abono de Permanência	771
7. Um Único Regime Próprio por Ente Federativo	772
8. Contribuição dos Servidores Ativos.....	773
9. Manutenção do Direito Adquirido.....	774
10. Mudança de Cargo/Carreira no Serviço Público	775
11. A Disciplina da Lei nº 10.887/2004.....	775
11.1. Regras de Custeio do RPPS na Lei nº 10.887/2004.....	778
11.2. Contribuição do Ente Federativo ao RPPS	780
11.3. Disposições Finais da Lei nº 10.887/2004.....	781
12. Revisão de Aposentadorias ou Pensões pela Administração.....	782

Capítulo 23 – Previdência Complementar.....	783
1. Introdução	783
2. Conceitos Elementares	785
3. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor na Previdência Complementar.....	787
4. O Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	789
5. Regime Aberto de Previdência Complementar – EAPC.....	792
6. Regime Fechado de Previdência Complementar – EFPC	793
7. Planos de Benefícios.....	795
7.1. Plano de Benefícios nas Entidades Abertas.....	796
7.2. Plano de Benefícios nas Entidades Fechadas.....	797
8. Normas Constitucionais sobre a Previdência Complementar.....	800
9. A Criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.....	802
10. Expurgos Inflacionários.....	804
11. A Previdência Complementar no Serviço Público	805
11.1. A Questão dos Regimes Próprios	805
11.2. O Regime Complementar para Servidores Públicos	806
11.3. A Funpresp.....	808
11.3.1. Finalidade e Vigência	808
11.3.2. Ministério Público Federal e Exercentes de Mandato Eletivo	810
11.3.3. Natureza Jurídica.....	811
11.3.4. Plano de Benefícios	814
11.3.5. Servidores com Ingresso em RPPS anterior à Lei nº 12.618/12 – Opção Pelo <i>Benefício Especial</i>	815
11.3.6. Ingresso e Manutenção da Filiação	818
11.3.7. Portabilidade e Resgate	819
12. Previdência Complementar com Adesão Automática.....	820
13. Competência Jurisdicional nas Lides entre Participante e Entidade Previdenciária	821
Súmulas Previdenciárias.....	825
Supremo Tribunal Federal.....	827
Exercícios	863
Gabarito	919
Referências Bibliográficas	929
Índice Remissivo	933